



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO
REGIÃO NORTE**

PRESIDENTE: NELO RODOLFO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: SUBPREFEITURA DE SANTANA - AV. TUCURUVI

DATA: 14 DE ABRIL DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Boa noite a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública da proposta de substitutivo ao PL 688/2013, que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Nosso querido Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, não virá. O Vereador Nabil Bonduki, Relator do Plano, está a caminho. Fará uma primeira apresentação o nosso querido Vereador José Police Neto – a quem peço uma salva de palmas -, que tem trabalhado intensamente no Plano, especialmente para a nossa região. (Palmas)

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* da cidade de São Paulo, diariamente, desde o dia 7 de abril de 2014. Foi publicada também no jornal *Folha de S.Paulo*, nos dias 8 e 10 de abril e no jornal *O Estado de S.Paulo*, nos dias 12 e 14 de abril.

Convido o Sr. Carlos Roberto Candella, Subprefeito de Santana, para que faça parte da Mesa. Está presente o Sr. Gilmar José Argenta, Chefe de Gabinete.

Inicialmente darei a palavra ao sempre Presidente, Vereador José Police Neto, para que faça um resumo. Hoje os nobres Vereadores Andrea Matarazzo, Presidente da Comissão, e Nabil Bonduki, Relator, estiveram com o Prefeito e ficou acertada a data de 22 ou 23 de maio para que o Plano seja aprovado na Comissão de Política Urbana. Estaremos ouvindo sugestões para tentar ainda incluir no substitutivo. Tentaremos fazer a 1ª votação no Plenário da Câmara no próximo dia 30 de abril.

Com a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Inicialmente cumprimento todas e todos. É bastante importante essa volta da Comissão ao território. Vamos lembrar que desde o início do processo, na passagem do primeiro para o segundo semestre do ano passado, ainda sob o comando do Executivo, uma intensa agenda foi produzida com a sociedade. Como consequência, em setembro, houve a apresentação do projeto de lei. A partir dali, um conjunto

de audiências passou a ser comandado pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tornou público, no fim de semana anterior ao passado, na zona Norte, no espaço do Anhembi, o início do debate da última fase de participação da sociedade, que é este realizado agora, já com o substitutivo apresentado pelo Relator.

Esta audiência é para toda a região Norte e tem esse significado: devolver à sociedade o que foi colhido durante todo esse período. Cumprimento e agradeço o nosso Subprefeito Candella, assim como o Argenta, que é o nosso Chefe de Gabinete e o Vereador sempre Presidente Nelo Rodolfo, que conduz nossos trabalhos hoje.

Posso dizer que é a porção Norte que recebeu o maior conjunto de mudanças. Foi ela que recebeu um setor de desenvolvimento econômico. É na zona Norte aonde os maiores debates para a Macroárea de Desenvolvimento Metropolitano vem acontecendo no aproveitamento das rodovias que são segregadas, como a Anhanguera, a Fernão Dias.

Há um debate muito intenso com a sociedade dos eixos estruturadores e como eles trazem ao território desenvolvimento econômico, há inovações no Plano que vieram de debates com a sociedade, parte deles já reconhecido no texto, parte deles que ainda precisa ser depurado.

Algo que foi muito debatido em todas as audiências públicas, desde Perus, chegando ao Jaçanã, que era a necessidade da liberação do NR1 e NR2, portanto as atividades não residenciais do quadro do EZ, aquelas que são realizadas em vias coletoras, nas vias locais de zonas mistas. Portanto, permitindo um conjunto de atividade econômica, mesclar com a moradia que já acontece no território. Foi muito tenso esse debate e é muito importante para a gente entender a cidade plural que se deseja, mas a cidade que sabe modular as suas incomodidades.

Há um debate muito intenso, neste momento, na Cidade inteira, se as avenidas que também são tratadas como vias coletoras, lindeiras às zonas estritamente residenciais, não devem ter o mesmo tratamento. Portanto, se são vias coletoras devem ter a oportunidade de

atividade econômica de vias coletoras – esse é outro debate que vem sendo muito realizado.

Há um entusiasmo da sociedade quanto à busca de áreas verdes, traduzidas em parques com gestão pública municipal – e aqui fazer referência a uma luta de mais de 50 anos dos Queixadas, professor Euler e Mário Bortoto que estão aqui, conduzem e acompanham esse debate há bom tempo, e é de lá que talvez venha o principal avanço nesse ponto. Não só no Plano que acabou por recepcionar o parque da luta dos Queixadas, mas por conta de uma nova leitura de paisagem histórica – e é de lá que vem essa conquista.

Há um debate não concluído, essa é mais uma oportunidade para avançarmos nele, de como a sociedade interpreta a presença ou ausência da asa fixa do Campo de Marte. Em todas as audiências realizadas para o setor Norte esse debate foi realizado, parte da sociedade se manifestando favorável, parte preocupada com o que virá substituir esse equipamento.

Então, a volta, neste momento, na zona Norte, é o primeiro debate regional depois da apresentação pública do projeto, há 10 dias, que nós retomamos o debate. É para recepcionar de vocês, neste momento, que a Câmara está de volta aqui.

Quero agradecer a oportunidade dada pelo nosso Presidente.

É bastante importante compreendermos qual o limite que o Plano Diretor tem e o seu conjunto de diretrizes e o quanto ele norteará a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, portanto, compreendendo se o valor da cidade de São Paulo e o acesso à Cidade serão garantidos por essas diretrizes.

Um dos maiores esforços que deve ser realizado por todos nós é fazer com que caia o custo da terra em São Paulo e, portanto, amplie a possibilidade de acesso às pessoas, não deixar a Cidade mais cara e mais pobre com a aprovação do Plano, mas torna-la mais eficiente e com acesso a um maior conjunto da sociedade. Talvez essa seja a maior vontade que todos têm.

Mas ainda temos muitas dúvidas. Eu quero concluir falando dessas dúvidas.

O Plano apresenta uma ousada rede de sistema de circulação de transporte público coletivo, no estilo BRT, portanto, dos ônibus que têm vias segregadas. A ele dar uma oportunidade muito grande de intervenções econômicas. É ele que anuncia um coeficiente de aproveitamento distante 150 metros, não atingindo 300 metros do seu eixo, para um coeficiente de aproveitamento igual a quatro. Coeficiente esse que historicamente só estava vinculado às operações urbanas.

Então, no eixo de transporte público coletivo está lançado o maior desafio de transformação da cidade. Mas o plano, em momento algum aborda como financiaremos esses corredores. Portanto, se é nosso sonho ter um sistema de circulação pela cidade que garante transporte público coletivo de qualidade, é também verdade que até agora não apresentamos a solução para financiá-lo. É esse, talvez, o ponto sobre o qual tenhamos de nos debruçar.

Se essa é uma verdade, parece-me que a outorga onerosa desse coeficiente adicional de aproveitamento nos eixos dos corredores será a única inovação do ponto de vista do financiamento. E todos os cálculos que são feitos em cima dela não apontam para uma capacidade de construção desses corredores. Mais do que isso, nenhum elemento trazido no texto ainda nos mostrou que a outorga onerosa servirá exclusivamente para a qualificação do transporte público coletivo porque, historicamente, ele foi construído enquanto solo criado para financiar a urbanização de regiões que ainda não têm essa infraestrutura dessas localidades em que você pode vender o solo criado.

Então, é para esse desafio, para produzir uma cidade justa e sustentável, uma cidade que de fato consiga garantir transporte público de qualidade, que reduza as distâncias a partir da oferta de oportunidades econômicas nos territórios que ainda não as têm, é que quero agradecer a oportunidade dada pelo nosso presidente Nelo Rodolfo, por cada um de vocês que está conosco nesta reunião, para esse importante debate de conseguirmos escutar de vocês quais os elementos apresentados no plano e que devem ser revistos, mas – muito mais do que isso – quais os elementos da busca do equilíbrio dessa cidade que ainda não estão presentes

nesse texto e que devem trazidos ao debate.

É com esse espírito que voltamos à zona Norte para dar esse rumo ao nosso debate, para dar esse rumo ao nosso Plano Diretor que orienta a cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Quem quiser usar da palavra o fará por 3 minutos. As inscrições já estão abertas.

Há uma discussão muito grande em São Paulo em relação ao Plano Diretor. O último Plano Diretor que tivemos foi em 2002 e votado em 2003. Foi um plano direcionado para cidade de São Paulo para os próximos 10 anos. Naquela votação foi acertado que em 2006 se faria uma revisão do Plano Diretor. A Câmara não fez essa revisão e estamos com o mesmo Plano Diretor de 2002.

O Plano Diretor é diferente do zoneamento. O Plano Diretor traça as diretrizes da cidade, faz o planejamento do que irá acontecer na cidade em relação ao solo, ao seu uso; isso para os próximos anos. Já o zoneamento é outra coisa. Pegue-se a Nova Cantareira, onde tem uma loja que não pode abrir porque o zoneamento não permite. Ou na Zacchi Narchi há um problema. Enfim, quanto ao zoneamento de São Paulo ficou acertado, entre Executivo e Legislativo, que logo após a votação do Plano Diretor – a intenção é que a primeira votação ocorra no próximo dia 30 e que a votação final ocorra até o final de maio, com as mudanças que forem necessárias -, e teremos Copa do Mundo e eleições, haja a votação do zoneamento até o final do ano.

Então uma coisa é o plano diretor que traça a diretriz para a Cidade. O que vai ser de São Paulo, qual o planejamento para a Cidade nos próximos anos, aonde vamos ter grandes avenidas. Nesse plano diretor, por exemplo, o Vereador Police, nosso Presidente, privilegia o transporte, tem de morar perto do transporte, construir perto do Metrô, de uma VLP, de um terminal de ônibus, enfim, ele privilegia quem está perto do corredor.

Essa é a ideia para melhorar o transporte, o trânsito e a vida da Cidade, porque

São Paulo foi crescendo, crescendo e não teve um planejamento lá atrás, então você, por exemplo, não consegue chegar a Santana, o Vereador Nabil saiu da Câmara às 17:30h e não conseguiu chegar aqui até agora.

Agora vamos dar a palavra aos inscitos e depois o Vereador Nabil, que é o Relator, vai falar também.

Tem a palavra a Sra. Sigildes Bacelar Franchescone.

A SRA. SIGILDES BACELAR FRANCHESCONE – Meu nome é Sigildes Bacelar Franchescone, represento o Jaraguá, sou Presidente da Associação Piratininga dos Bairros Afins e a principal reivindicação do pessoal que represento é principalmente a regularização fundiária.

Tenho participado de quase todas as reuniões, inclusive, as temáticas. O nosso problema é realmente muito grave e sério. Para que vocês entendam a situação, as pessoas que residem no Jaraguá não têm escritura de suas casas construídas, ainda que em terrenos particulares.

Não pode haver nenhum próprio municipal em áreas não regularizadas, porque a Prefeitura não pode alugar, não pode construir e nem receber em doação um prédio para que seja instalado um CRAS ou qualquer outra necessidade. Isso é um absurdo, mas há uma crueldade maior: a Sabesp não pode fornecer água para as áreas não regularizadas fundiariamente.

Acreditamos que a população do Jaraguá é muito grande, muito carente e não ter água é a causa principal da doença. A coisa é tão grave que colocam um cano preto lá e aí a gente que se vire. Se for uma descida, na semana passada encontramos pessoas que entupiram o cano para que a água não descesse e as pessoas da frente tivessem água. É um absurdo, então estamos vendo a hora de uma pessoa matar a outra por causa disso.

Essa lei de concessão com a Sabesp precisa ser mudada ou precisa haver uma fiscalização para impedir a construção. Uma vez que está construído há anos e anos, não tem

jeito, tem de ligar a água, a luz, um mínimo para que as pessoas possam viver.

Pedimos também que prestem atenção para a Av. Alexios Jafet, porque é muito grande e precisa ser considerada eixo. Então, nosso pedido é a regularização fundiária para que as pessoas tenham suas residências, tenham suas escrituras, tenham água, tenham direitos fundamentais. E, é claro, ...(ininteligível)... Jafet, que eu moro na 2.055, e, essa semana, quase um matou o outro por causa de água.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado, senhora.

Agora vai falar Laerte.

Cada munícipe tem a palavra por três minutos. Por favor, vamos respeitar o tempo, que há uma série de pessoas para falar.

Sr. Laerte, por favor, informe seu bairro.

O SR. LAERTE BRASIL - Sou Laerte Brasil, Presidente da Federação dos Municípios Trabalhadores e Empreendedores de São Paulo, que é a ...(ininteligível)... São Paulo Trabalho e Empreendedorismo.

Nós participamos de 43 audiências públicas, com esta, do PDE e apresentamos várias teses, inclusive...(ininteligível)... de emprego dos bairros e vilas da zona Leste e da zona Sul. Mas vou pontuar aqui o Campo de Marte, que estamos defendendo. Participei de uma audiência pública três anos atrás no Senado, em Brasília e apresentei a proposta da construção de um novo aeroporto para aeronaves com mais de 400 passageiros, em Parelheiros, e o fechamento de Congonhas ficando com aterrissagens e decolagens de pequenas e médias aeronaves, até 350 passageiros, porque Congonhas não suporta aterrissagens e decolagens de Boeing com mais de 400 passageiros.

E, quanto ao Campo de Marte, estamos defendendo a construção de um parque integrado com *shopping center*, um CEU, um centro de iniciação esportiva com infraestrutura e equipamentos para a prática esportiva e lazer para todas as idades.

Finalizando, tenho dúvida de esse Plano Diretor dar certo, porque nenhum deu até agora - não é? -, por causa da corrupção.

Só para se ter uma ideia, só este ano, Dilma Rousseff e o comparsa dela, Michel Temer, distribuíram quase 20 bilhões de dinheiro roubado aqui para nos perseguir aqui, tanto dentro do Exército, da Polícia Militar, junto com o comparsa dela aqui, Geraldo Alckmin, e disseram que 6 bilhões foram passados para o Prefeito Haddad, que era para ratear entre os Secretários em tudo quanto é lugar, que é para impedir todas as atividades enquanto ela e os comparsas dela ficam usando prática de vampiros aqui...(ininteligível)...

Mas isso aí vou denunciar na ONU, vou denunciar no Supremo e, depois do dia 15 de maio, estou denunciando isso aí a público.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado.

Só lembrando que estamos aqui hoje para tratar do Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Esse negócio de Alckmin, tudo o que está sendo falado aqui, Michel Temer, Haddad, Corinthians, Palmeiras, tudo que está sendo falado está sendo gravado. Então, todas as sugestões que são dadas nós vamos levar amanhã para a Comissão para discutir eventuais sugestões para melhorarmos a qualidade de vida da zona Norte de São Paulo.

Então, vou pedir a vocês, encarecidamente, para que falemos de Plano Diretor, está certo? Vou pedir isso com muito respeito a todos vocês, agradecendo. Esta é uma das audiências onde temos mais pessoas presentes. Então, fico muito feliz por estar aqui na zona Norte junto com Netinho, que também é daqui. Fico feliz de ver a participação, mas acho importante aproveitarmos o dia de hoje para falarmos do Plano Diretor, porque vamos votar, na Comissão, na semana que vem, passando a Páscoa; e, logo em seguida, vamos votar no Plenário. Se não levarmos nada de bom daqui hoje, o Plano Diretor vai ficar como está e,

depois, não vamos poder reclamar que deixamos de fazer alguma coisa.

Vou dar a palavra agora ao Sr. Rogério Reis.

O SR. ROGÉRIO REI – Boa noite a todos. Meu nome é Rogério Reis. Sou Engenheiro Civil, morador da Parada Inglesa há 59 anos. Moro naquele prédio verde e preto do Metrô Parada Inglesa, Edifício Monte Paschoal.

O assunto que eu quero tratar refere-se às vagas de garagem. O Governo Federal estimula a compra e o uso do carro e, agora, para considerarmos que os novos empreendimentos tenham apenas uma vaga, acho que é radicalizar um pouco. Mas, tudo bem. Vamos ter que fazer um esforço. Mas acho que poderia ser mais maleável e adotar uma vaga e meia por unidade habitacional, podendo-se chegar até duas vagas, de tal maneira que fosse cobrada uma taxa da incorporadora e essa taxa fosse direcionada exclusivamente para as habitações de interesse social.

Outro detalhe, na audiência realizada no dia 14 de dezembro eu estive aqui e, naquela ocasião, eu alertei de que o raio de 400 metros do Metrô, das estações de trem, era insuficiente. Porque em um raio de 250 a 300 está tudo tomado, está tudo construído: Banco Itaú, igreja, comércio, padaria, grandes comércios. Então, fica difícil. Construtora alguma consegue comprar essas áreas para verticalizar, de tal forma que o raio teria que ser aumentado. Naquela ocasião, eu pedi para aumentar para, pelo menos, 800. Tudo bem, foi um ganho: aumentaram para 600. Só que nesses 600 metros ainda há um inconveniente: há muitas ruas estreitas. A Cidade não foi planejada. Você tem muitas áreas perdidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Pedirei ao senhor que mande suas sugestões por escrito, porque seu tempo já se esgotou. Desculpe-me.

Tem a palavra a Sra. Fátima Carvalho, do Colégio Jardim São Paulo.

A SRA. FÁTIMA CARVALHO – Boa noite a todos. Represento o Colégio Jardim São Paulo.

Solicito uma atenção especial para a nossa avenida, porque já estamos ali há

quase 30 anos, com qualidade de ensino, na região Norte, e estamos em busca de apoio da nossa Prefeitura, para a nova lei de zoneamento, para a regulamentação de nossa área.

Tivemos, agora, a implantação da via de corredor de transporte público. Foi solicitado à escola que mudasse, inclusive, a nossa entrada, junto à CET, que foram muito cooperativos com a escola. Fizemos toda a mudança para ajudar a região. Então, acho que a escola está ali, reconhecidamente com uma boa qualidade de ensino, e que só traz benefícios para a região.

Então, solicito às autoridades esse apoio e esse olhar em benefício à escola.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Todas essas avenidas e corredores, esse Plano Diretor já está indicando para o zoneamento, para que essas situações sejam revistas e regularizadas. Por exemplo, as agências de Correio, no Plano Diretor antigo só tínhamos Correio no Centro e em Santo Amaro. Hoje, temos agência na Cidade inteira. Então, todas essas situações, essa do Colégio Jardim São Paulo, da Avenida Nova Cantareira, estão sendo reguladas para que esses estabelecimentos fiquem em situação normal.

Tem a palavra o Sr. Vladimir Amarante Ribeiro.

O SR. VLADIMIR AMARANTE RIBEIRO – Boa noite a todos. Moro na região desde 1969, quando meu avô, o Deputado Chaves Amarante, comprou uma chácara na Sezefredo Fagundes.

Há muitos anos está caracterizado o lado direito da Nova Cantareira, vindo para o Jardim Tremembé, ele hoje se caracteriza como um corredor comercial, já previamente estabelecido. Não há como, em hipótese alguma, adentrar para as residências, uma vez que as suas casas já ocupam os terrenos e os bairros já estão formados, consolidados. De modo que fica uma idiossincrasia gigantesca, hoje, o que acontece: comércios que nós todos utilizamos sendo, muitas vezes, prejudicados pelo Governo Municipal, muitas vezes sendo multados, eu sei que é a lei, mas muitas vezes injustamente isso, pois acredito que a própria Prefeitura utiliza esse comércio.

O outro ponto que eu queria falar é da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, tenho uma chácara lá desde 1969. Lá não é uma região de chacrinhas. É uma região de grandes propriedades e essas grandes propriedades, hoje, com a vinda do rodoanel, se tornaram propriedades que precisam que seja feita mudança de zoneamento. Não pode mais continuar uma área verde, que já não existe mais na Sezefredo, do lado que vai da Cidade para a Fernão Dias, já com chácaras gigantes. É necessária a mudança de zoneamento da Sezefredo Fagundes, pois está sendo conurbada pelo rodoanel. Hoje, o rodoanel já existe na Sezefredo Fagundes em ambos os lados.

Agora, uma coisa é preciso deixar claro para todos vocês: isso aqui é uma vontade pública maravilhosa. Espero que daqui saiam vários projetos. Agora, nada disso aqui é válido se não for colocado em votação e acertada a votação na Câmara dos Vereadores, como em anos e anos subsequentes assim se fizeram. É importante deixar bem claro: mais uma vez viemos aqui, perdemos o nosso tempo, investimos em nossos interesses e da coletividade, e é necessário que o Presidente da Casa e o Subprefeito da região coloquem isso em pleito de votação. Do contrário, não existe isso. Então, está na mão dos senhores. Nós fizemos a nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado, Vladimir.

Tem a palavra o Sr. Emílio Romero, do PTB da zona Norte.

O SR. EMÍLIO ROMERO – Boa noite a todos.

Falarei em nome do PTB da zona Norte. O Plano Diretor deve incentivar o desenvolvimento da região da zona Norte. Santana, Tucuruvi, Jaçanã, são regiões que ficam preteridas em relação às outras zonas da Capital. Precisamos de uma lei de zoneamento que contemple um melhor aproveitamento de toda a nossa área, que descentralize o emprego, que possa ser melhor aproveitada toda a nossa periferia e que possa regularizar, de uma vez por todas, os comércios das avenidas Nova Cantareira, Vaz Muniz, a parte de cima da Nova

Cantareira, que são comércios que existem há vários anos, todos nós fazemos uso deles e eles estão irregulares, passíveis de fechamento administrativo. Essa é uma situação que não pode perdurar.

Temos uma oportunidade única de aprovarmos esse zoneamento, esses licenciamentos, uma nova legislação de uso e ocupação do solo, para que tenhamos um desenvolvimento melhor e maior aqui na região da zona Norte, para que possamos desenvolver as regiões periféricas e termos uma melhor qualidade de vida.

Vereadores, pedimos o olhar de vocês para a zona Norte de uma forma desenvolvimentista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Euler Sandevilo, da Universidade de Livre Colaborativa.

O SR. EULER SANDEVILO – Boa noite a todos. Sou professor da Faculdade e Urbanismo da USP, do Programa de Licença Ambiental da USP, e desenvolvemos um programa chamado Universidade Livre Colaborativa na região Noroeste – Perus e Anhanguera.

Queria dizer que uma série de propostas que apresentamos estão parcialmente incorporadas e que eu acho que elas precisavam ser incorporadas na íntegra, particularmente, pensando em uma cidade mais humana.

Havia uma notícia na *Folha de S.Paulo* de que 160 mil pessoas estariam sendo removidas, só nesta década, na cidade de São Paulo. O Plano precisa ter um dispositivo mais claro sobre remoções forçadas de população.

Há muita coisa para falar, mas só queria destacar uma outra coisa. Defendemos a inclusão, no Plano Diretor, de áreas de especial interesse de paisagem, que eu entendo que podem ser contempladas pelos territórios culturais incluídos no Plano Diretor atual, mas só parcialmente contempladas. A área central, que inclui a área Centro/Luz, como está lá era exatamente o que propúnhamos, só que ela tinha a inclusão do Braz, também, que é a região

do trabalho. A área central não se explica sem a região do trabalho, reunindo uma série de instituições culturais.

Havia outras propostas, que direi rapidamente, das áreas. Toda área da região Norte, que envolve o Parque da Cantareira; o Parque do Jaraguá; a aldeia indígena que está lá; casas de extração de ouro, que remontam o século XVII; a fábrica de cimento de Perus; o Cemitério Dom Bosco e mais uma série de elementos de maior importância cultural precisariam ser reconhecidos como uma área. Pode ser território cultural, área de especial interesse cultural.

A mesma coisa, a Várzea do Tietê, que preserva o cinturão meândrico, ali tem a Nitroquímica, a Capela de São Miguel, e várias outras coisas importantes na região, do ponto de vista de patrimônio.

Na zona Sul, cratera de colônia, existem cinco no mundo, pelo que eu lembro que existe, aldeia indígena novamente na cidade, uma série de parques de proteção ambiental, enfim. Na zona Oeste, o trecho em que se encontra a USP, o Instituto Butantã, o Morro do Querosene, a Casa Bandeirista já formaria um exemplo melhor, para a cidade, desses territórios culturais que permitiriam a troca entre os diversos territórios, o fluxo das pessoas entre eles, e um pouco ajustar a filosofia. Como ela saiu no Plano, ela está priorizando os aspectos econômicos e de grande porte em cima do território proposto. Nada contra, mas precisa ter como melhora a questão afetiva, a questão da cultura, dos coletivos de cultura sobretudo nas regiões periféricas, da integração das diversas instituições científicas de ensino e semelhantes, criando realmente um espaço de afetividade. Esse seria um instrumento novo no Plano Diretor, se ele tiver esse alcance e não for só dar conta da questão econômica, mas também da fruição, da experiência urbana das pessoas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado. Vamos ouvir agora o Manoel Silva Almeida, do PT, da Mobilização do PT. Boa noite, Manoel.

O SR. MANOEL SILVA ALMEIDA – Boa noite, Vereador, senhoras, senhores, companheiras e companheiros. Eu parto do pressuposto... Quando o Vereador Netinho disse aqui que tem um plano amplo de mobilidade urbana, mas não sabe onde nós vamos achar o dinheiro para implantar. Dinheiro eu acho que nós temos. Basta vontade, e vontade o Haddad vai ter e tem, Vereador.

Eu queria colocar o seguinte: aqui na zona Norte não tem nenhuma obra que nos favoreça, grandes obras. As grandes avenidas começam em lugar nenhum e terminam em lugar algum. Basta ver todas as nossas avenidas aqui. Outra coisa: tem um projeto na Darzan, de continuidade da Braz Leme, que está ali há 40 anos e não conseguimos resolver o gargalo do trânsito naquela região. Isso tem que estar inserido no Plano Diretor.

A outra questão é o terminal de ônibus que temos que ter aqui na zona Norte. Não podemos permanecer com aquilo que nós chamamos de terminal, que é do Governo do Estado. Aquilo ali, para nós, depois de 47 anos, virou nada mais nada menos do que moradia de morador de rua – que nós também temos que cuidar do morador de rua. Não tem sequer um banco dentro daquele terminal. No ano passado foi feita uma proposta dentro da mobilidade urbana do Governo Municipal, da criação de um terminal de ônibus aqui em Santana. Lembro muito bem que alguns vereadores extremamente contra, inclusive o Vereador Nelo Rodolfo, que está aqui na mesa, o que nos deixou tristes, mas ao mesmo tempo felizes por ele estar aqui. Eu gostaria de dizer que nós temos que batalhar por isso, criar um terminal de ônibus moderno, adequado, que favoreça o idoso, que favoreça a mulher grávida, que favoreça a criança, que favoreça o adolescente e, acima de tudo, que favoreça o trabalhador da zona Norte, que pouco tem aqui na zona Norte.

O Governo do Estado tem aqueles ônibus velhos que levam crianças para a escola. Aí o ônibus quebra. Eu já vi isso. Aí fecha todo o trânsito e a gente fica sem entrar e sem sair, naquela região ali do Fontalis. Isso é uma vergonha para o Governo do Estado.

Para terminar, quero dizer o seguinte: planejar esta cidade nós não planejamos,

mas nós temos que começar agora. Não vamos deixar para planejar lá na frente, para não fazer como a Sabesp está fazendo agora. Não planejou, não vamos ter água. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) - Obrigado, Manoel. Como eu fui citado, vou responder. Não sou contra o terminal em Santana. Acho que o terminal vai ser uma maravilha para São Paulo, até dentro desse Plano Diretor. Só sou contra o local escolhido para ser o terminal, onde várias propriedades vão ser desapropriadas, quando já tem um estudo feito pela própria Subprefeitura de Santana, de instalar um novo terminal do lado do terminal do metrô que nós já temos, do terminal rodoviário do metrô. Sou contra só a localização. Queria que puxasse um pouco mais para a Cruzeiro do Sul, o terminal, e o Prefeito prometeu que vai considerar isso.

Vamos ouvir o conselheiro do Jaçanã, o Aparecido.

O SR. APARECIDO – Boa noite, senhores. É uma alegria imensa ver toda essa gente aqui, porque o que eu ouço mais por aí, na Câmara e na Assembleia, é que nunca tem ninguém do Jaçanã, desse lado da zona Norte nunca tem ninguém para brigar por ele.

Faz mais ou menos 30 anos que ando por aí, dentro da Câmara, vi o Netinho começar a carreira dele. A gente não correu atrás da política. Nós sempre servimos aos senhores que são eleitos constantemente em diferentes partidos, mas eu sempre (ininteligível).

Quero saliente é a mobilidade que o Sr. Police Neto estava colocando e deixar uma pergunta no ar. Antes, eu fui eleito conselheiro no Jaçanã em segundo lugar, no Cades em primeiro e não falo isso para me engrandecer, não. Eu sou um cidadão comum, batalho pela comunidade e aquelas pessoas que viram a minha luta do dia a dia saíram de suas casas e foram votar e eu estou aqui.

Estou aqui para perguntar por que, de repente, dois prédios podem nascer no centro da praça do Jaçanã, onde poderia ter uma estação do metrô. Por que o metrô não pode cruzar, do Tucuruvi; não pode cruzar o Jaçanã, Nova Galvão e parar em Guarulhos, ou seja, rodear? Os senhores falam de mobilidade. Corredores não vão solucionar. Eu levanto às 3h da

manhã, 4h da manhã, na periferia, no Jaçanã, no Jardim Hebron, Jova rural, eu vejo “centenares” de pessoas caminhando para buscar seu transporte para poder ir trabalhar. E nós estamos falando de um plano para daqui a três, quatro mandatos. Foi o que eu ouvi lá nesse final de semana. É um absurdo. Dinheiro existe. Se tem quatro, cinco bilhões para gastar numa festa, por que não tem para implantar o metrô? Por que não tem oito, dez milhões para implantar o metrô até o terminal, até Guarulhos?

Outra: a falta de aparelhos desportivos nesse fundo do Jardim Hebron, Jova Rural, Jardim Felicidade, enfim, zona Norte. Estamos na zona Norte. Não estamos falando só de construção de prédio no Centro, ou que minha casa não tem uma garagem. Estamos falando de vidas e a vida desse povo da zona Norte que está morrendo por falta de lazer, de esporte, de cultura, de eventos está na mão dos senhores, está na mão de vocês. Eu tenho uma certa idade. Está na nossa mão realmente implantar o que é transporte, o que é de direito, o que é para o povo se mobilizar, trabalhar, ter esporte, lazer e cultura, e não ver os meninos nascerem e morrerem sem ter acessibilidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Vamos ouvir agora o Airton Barros, do gabinete do Vereador Police Neto, nosso querido Netinho, nosso sempre presidente.

O SR. AILTON BARROS – Boa noite. Meu nome é Ailton Barros, trabalho na assessoria do Vereador José Police Neto. Atuo na região da Subprefeitura de Freguesia do Ó – Brasilândia e é nessa condição, também, que gostaria de falar um pouco aqui.

Em princípio, concordamos com as diretrizes estabelecidas e apontadas no substitutivo ao Plano Diretor que procura estabelecer – ou frear – o desenvolvimento da Cidade de forma horizontal a fim de resguardar as áreas de preservação permanente, utilizando as áreas ociosas que estão dentro da Cidade, mas que também prioriza o adensamento a partir dessas áreas.

O segundo ponto que gostaria de colocar é o seguinte: esse Plano Diretor, na nossa opinião, tem um grave erro que é o de não considerar o controle de estoque de potencial

construtivo que é, exatamente, esse controle de potencial construtivo das áreas residenciais e não residenciais, que afere um desenvolvimento mais equilibrado dos bairros.

Digo isso por que, na região onde atuo – Freguesia do Ó Brasilândia – hoje, estamos com um problema tremendo em função desse adensamento que não levou em consideração justamente isso: o controle do estoque de potencial construtivo. Por causa disso, temos ao longo das vias estruturais - das avenidas Inajar de Souza, João Paulo I, Fuad Lutfalla e Edgard Facó – um estrangulamento de todo o sistema estrutural. E resultado em estrangulamento de todo o sistema viário de acesso e saída à região da Freguesia do Ó.

É nesse sentido que eu estava querendo apontar a necessidade de se rever, nesse substitutivo, essa questão do controle de potencial construtivo, a fim de que possamos ter esse equilíbrio nos bairros, mantendo, nas vias locais, a questão da tranquilidade e também, ao mesmo tempo, adensando essas áreas ociosas que ficam ao longo dos eixos estruturais de média e alta capacidade. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado, Ailton. Está aqui presente conosco o Vereador Nabil Bonduki, nosso querido Relator do Plano Diretor, do substitutivo, a quem gostaria de passar o seguinte: o Vereador José Police Neto fez uma apresentação do Plano Diretor, deu algumas explicações, estamos ouvindo a população e, logo em seguida, V.Exa. vai falar. Quer dar um boa noite?

O SR. NABIL BONDUKI – Primeiro, quero cumprimentar a todos, pedir desculpas pelo atraso. Gostaria de dizer que estamos aqui mais para ouvi-los do que para falarmos. No final, faço um comentário sobre as questões levantadas e outras que, eventualmente, sejam necessárias sobre a zona Norte.

Acho importante essa audiência pública. Quero cumprimentar todos os representantes dessa comunidade, bem como os Srs. Vereadores José Police Neto, Nelo Rodolfo, e o Subprefeito e também os chefes de gabinete.

Essas oportunidades são muito importantes e o substitutivo que nós apresentamos

já reflete, em boa parte, o processo participativo e sua primeira etapa.

Então vamos ouvi-los e, depois, no final, farei outros comentários.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Muito bem. Peço a presença do Sr. Mário Bortoto, de Perus. Lembro aos senhores de que, quantos mais objetivos formos, mais aproveitaremos a reunião.

O SR. MÁRIO BORTOTO – Boa noite a todos. Quero acrescentar na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no Artigo 212, Inciso I o seguinte: qualquer proposta de equipamento que se relacione à coleta de lixo, separação, que seja precedido de um estudo técnico em qualquer área que venha a ser proposta na cidade de São Paulo, acompanhada de uma ampla participação da população.

Essa população que tem de decidir se realmente, nesse espaço, é possível ser colocado algum equipamento. Digo isso porque nós sofremos, na região de Perus, há 27 anos com o Aterro Bandeirantes, o maior da Cidade. Hoje temos lá importantes projetos, como reativação de uma estrada de ferro com locomotivas a vapor, transformação da fábrica de cimento num centro de cultura e uma universidade livre colaborativa. Esses projetos vêm no sentido de gerar emprego e renda na região.

Mais uma vez, a Prefeitura vem com propostas de instalação de equipamentos que trazem grandes problemas para a população. Estão propondo lá um ecoparque. Na semana passada, o Vereador Nabil Bonduki estava conosco, e discutimos com a Amlurb, que tem uma visão de que todos esses projetos relativos a problemas de lixo e seleção vão para a periferia. Dizem que o ecoparque é ótimo, não tem cheiro e não causa nenhum problema. Mostraram para nós equipamentos como esses na Coreia e na França, se não me engano, e em Portugal. Por que levam tudo isso só para a periferia? Cito o transbordo da Lapa, que é outro equipamento.

Então, propomos que qualquer equipamento como esse tenha uma ampla discussão com a população e que seja acompanhado preliminarmente de um estudo técnico,

para que não traga problemas para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sílvia Valéria de Souza, arquiteta.

A SRA. SÍLVIA VALÉRIA DE SOUZA – Boa noite a todos. Sou arquiteta da Núcleo de Projetos. Meu escritório já atua há 17 anos na zona Norte. Sei que o Plano Diretor é uma ideia geral, é um macro que está sendo abordado, mas há algumas coisas pontuais de legislação, de uso do solo, que estão sendo alteradas. Quanto a minha principal dúvida que tenho, peço até uma explicação para o Vereador Nabil Bonduki. Sofremos muito com os aclives e declives aqui. Há o famoso gabarito de 6, e a zona Norte é a mais afetada em relação a isso. Vi que isso está sendo abordado já no Plano Diretor. Gostaria que fosse exemplificado como será aplicado esse gabarito de 9 com 6.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. José Parada, empresário.

O SR. JOSÉ PARADA – Boa noite a todos. Sou empresário e morador da zona Norte há 47 anos, precisamente na região da Nova Cantareira. O Vereador Nabil Bonduki chegou há pouco tempo. Pelo que parece, sou a quarta pessoa que vem aqui falar da Nova Cantareira. Ela hoje é uma avenida com comércio totalmente irregular. Como morador bem próximo, tenho de pegar o meu carro e me deslocar a dois quilômetros para ir a uma padaria ou a uma farmácia. Gostaria de entender o por que não podemos ter a nova Cantareira liberada para o comércio.

Pelo que todos sabem, a ideia do nosso Prefeito são as zonas de contenção de mão-de-obra, para se evitar o deslocamento de pessoas. Isso poderia melhorar a nossa região. Hoje a Prefeitura de São Paulo pintou três quilômetros de faixas de ônibus na Avenida Nova Cantareira, para levar o trabalhador mais longe e mais rápido. Isso é totalmente sem sentido. Se houvesse a Nova Cantareira liberada para o comércio, poderia ser melhorado muito o novo

local, onde nós vivemos. Esse é o meu recado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Antonio Esteves, grande engenheiro da Prefeitura de São Paulo, profundo conhecedor da zona Norte e morador da nossa região, que já trabalhou na Subprefeitura de Santana, Vila Maria e adjacências.

O SR. ANTONIO ESTEVES – Boa noite a todos. Como o nobre Vereador falou, conhecemos razoavelmente a região. Eu moro no Tremembé. Lembro um pouquinho o que ninguém lembrou ainda, o bairro do Jaçanã e a nossa Rodovia Fernão Dias. Quando olhamos no mapa do zoneamento, atualmente, parece uma região muito bonita, toda verde, uma zona de lazer e turismo. Infelizmente, quando forçosamente pegamos o carro e passamos pela Rodovia Fernão Dias, vemos subutilização e degradação. Então, quando a lei é muito dura e rígida e não deixa a atividade econômica ocupá-la, a atividade irregular ocupa-a. Então, só vemos lá desmatamentos e atividades irregulares não licenciadas.

Então, gostaria de sensibilizar o nobre Vereador Nabil Bonduki, relator do plano, para olhar com mais detalhe e carinho não só o eixo da Avenida Fernão Dias, mas também o próprio bairro do Jaçanã, que tem, historicamente, vocação industrial. Ainda dezenas de indústrias teimam em ficar funcionando no Jaçanã, apesar de todos os transtornos que isso traz, seja de mobilidade. Muitas não fugiram do Jaçanã. Por incrível que pareça, há ainda muitos moradores do Jaçanã que são empresários e têm suas indústrias lá.

Porque estamos falando isso? Exatamente por causa do emprego. Então, se nós qualificarmos a rodovia Fernão Dias e trazermos de volta a antiga zona industrial do bairro do Jaçanã, motivando... Hoje se qualquer industrial do Jaçanã quiser aumentar dez metros quadrados para fazer mais um vestiário ou mais um refeitório, não pode, pois a legislação veta. Não pode ser acrescido mais nada.

Precisamos incentivar os nossos empregos a ficarem na nossa região, tanto no bairro do Jaçanã, quanto expandindo isso para todo o eixo da Via Fernão Dias. Se a empresa

não tiver de ficar na rodovia, na esquina do rodoanel, onde vai ficar? Esse é o lugar correto. Então, ninguém mais do que quem mora na zona Norte gosta do verde. Esse é um orgulho nosso.

Então hoje, quando falamos de indústria ou empresas, não falamos de degradação. Se a legislação permitir, vão colocar coisas de qualidade, estruturadas, que vão segurar os nossos moradores dos bairros da nossa região aqui. Não vamos precisar usar os corredores de ônibus para chegar ao centro da Cidade, até a zona Leste ou até a zona Oeste, para termos nossos empregos.

A mesma coisa é com relação à Avenida Nova Cantareira, a Avenida Brás Leme ou a Avenida Pacaembu. Fora a degradação. Tem de haver qualidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Vamos ouvir agora o Sr. Marcos Azen, construtor.

O SR. MARCOS AZEN – Boa noite, Vereador. Obrigado pela oportunidade. Como o Vereador já disse, estamos falando hoje em nome das construtoras, ou da construtora. Eu, há 10 anos, trabalho com prospecção de moradia popular. Imagino que esse Plano Diretor pensou muito nisso quando colocou essa questão dos eixos de estruturação, adensamento *etc.*

Tenho quatro dúvidas para o Vereador Nabil. Em primeiro lugar: vai existir um prazo para valer as estruturas das macrozonas – aqueles em que se poderá fazer quatro vezes, que não estão no eixo? Porque se deixarmos muito aberto, a impressão que se tem é que isso fica para regulamentar, e acaba não regulamentando nunca. Acho que são importantes.

Outra coisa: sobre as ZEIS 5, quero fazer um comentário. Nossa empresa, assim como o mercado, produziu muita HIS nesse plano vigente. Quando o plano fala em fazer HIS faixa 1, na nossa opinião não vai mais ser possível fazer habitação de interesse social. eu queria saber se a gente conseguiria salvar as ZEIS 5, pendido dispensa do HIS faixa 1, que são as porções de território mais qualificadas que a gente acha que poderia atender essa

classe, que também é uma classe necessitada, ganha até cinco, seis salários mínimos.

Outra pergunta. Como vão funcionar as ZEIS em ZER? Vimos que no mapa novo há algumas ZEIS em ZER.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. MARCOS AZEN – Se não houver erro. Posso apontar uma para o senhor.

Outra pergunta: a questão do cálculo da outorga onerosa. Pelo que houve de explicação até agora, o cálculo do VVR é sobre o preço de venda das unidades. Sabemos que preço de venda é totalmente diferente de preço de terreno; preço de lançamento é sobre a área construída. Eu gostaria que o Vereador esclarecesse como se chegou a esse número VVR.

São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado, Marcos. Será respondido.

Próximo orador da zona Norte, Pedro Henrique Mota.

O SR. PEDRO HENRIQUE MOTA – Boa noite. Sou morador da zona Norte, moro próximo a este local.

Sobre as propostas, o Plano Diretor ficou em silêncio, não foi muito enfático sobre os espaços relativos à zona Norte. Partindo da nossa realidade concreta da zona Norte, fica evidente que os espaços direcionados pelo capital se desenvolvem em detrimento dos espaços coletivos, voltados às nossas necessidades populares.

Entendemos que a tendência monopolista privilegia o espaço de lucros, como *shopping*, enquanto sucateia os espaços de interesses sociais, como os culturais, de saúde, educação *etc.*

Tendo em vista essa situação, exigimos a reversão desse processo; ou seja, investimento dos espaços privados nos quais um setor social minoritário enriquece às custas do trabalho coletivo alheio.

Na zona Norte, é notório que espaços privados foram bem desenvolvidos em relação aos espaços públicos. Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Próximo inscrito, professor Gustavo Veloso.

O SR. GUSTAVO VELOSO – Boa noite a todos. Sou professor de História. Trabalhei na rede pública.

Na verdade, eu gostaria de reforçar o que o disse o companheiro que me antecedeu. Existe uma relação contraditória marcante em nossa região; uma tendência de proliferação, que vemos nos últimos 30 anos, dos espaços privados, que acabam ocupando espaços públicos, de interesse social. Exemplo que temos é o Shopping Metrô Tucuruvi, uma iniciativa privada instalada em território público, mas ninguém sabe para onde estão indo os valores pela utilização desse espaço e como isso está sendo revertido socialmente.

Penso que deveríamos estar defendendo, com unhas e dentes, a vocação histórica que a zona Norte de São Paulo tem, como lugar de garantia da vivência e dos interesses da classe social trabalhadora, ao invés de se favorecer uma pequena elite social, que está interessada na especulação imobiliária, na exploração da mão de obra ao instalar indústrias e grandes comércios monopolistas *etc.* Assim, essa elite está interessada única e exclusivamente no lucro, e não no bem estar social. Temos, portanto, que defender com unhas e dentes essa vocação histórica e reverter esse processo de monopolização da região pelo capital. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Próximo inscrito, Sr. Tadeu Jorge do Nascimento William, comerciante da região.

O SR. TADEU JORGE DO NASCIMENTO WILLIAM – Boa noite, senhores da Mesa e a todos os presentes. Sou morador da zona Norte há 40 anos. Na realidade, meu interesse é na mudança de zoneamento da ZR-1. Por quê? Todas as áreas em torno de Palmas do Tremembé e Jardim França são impedidas de desenvolvimento comercial. Você não pode vender um palito sequer em frente à ZR-1 nesses locais que citei. Há vários estabelecimentos comerciais impedidos de desenvolver atividades, com várias restrições.

Essas regiões envelheceram, sua população também envelheceu, e os jovens

estão saindo desses bairros por não encontrarem empregos. Infelizmente, o bairro não oferece oportunidades. Temos que nos deslocar para o extremo oposto da Cidade todos os dias, desperdiçando dinheiro, combustível, tempo e horas de descanso e somos privados do convívio familiar.

A qualidade de vida de qualquer cidadão está diretamente ligada a seu emprego e renda. Não há qualidade de vida para um desempregado, ainda que ele habite um imóvel repleto de verde em uma rua tranquila e arborizada. Chega de atravessar a Cidade em busca de oportunidades de negócios, empregos, diversão e lazer. Precisamos parar de levar recursos financeiros para outras regiões de São Paulo, como zona Sul e zona Oeste. Precisamos descentralizar a cidade de São Paulo criando mecanismos para que cada bairro possa ser autossuficiente e seus moradores não precisem buscar oportunidades em outras regiões. Vamos investir em nossa região para que possamos crescer e desenvolver oportunidades de negócios, gerando economia de tempo, dinheiro, combustível e melhoria na qualidade de vida para os moradores da zona Norte.

Se tivermos comércio forte, moradia e emprego, haverá desenvolvimento econômico em nossa região. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Obrigado, Tadeu. Vamos ouvir agora o nosso querido Vereador da Força Sindical, Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO – Cumprimento o Subprefeito Carlos, os Vereadores Nabil Bonduki, Nelo Rodolfo e Netinho e os demais presentes. Parabéns todos pela defesa da região.

A minha defesa vai ser um pouco mais ampla. Nobre Vereador Nabil Bonduki, efetivamente eu estou fazendo essa defesa desde que V.Exa. elaborou o Plano Diretor, em 2003, quando eu estava na Subprefeitura de Perus.

Fizemos um debate sobre a questão da importância da descentralização da Cidade – exatamente o que acabou de dizer o Tadeu – porque existe uma preocupação em relação a

como a Cidade se desenvolve. Quem leu o Plano Diretor percebeu que esse é o intuito do projeto e que ele tem essa tendência. Mas ainda é muito disperso, não tem um objetivo claro.

Questões como HIS mostram objetivos claros no Plano Diretor, exatamente o que fazer, como fazer, como construir. Assim também é em relação à área do Arco Tietê. Agora, em relação à descentralização da Cidade, não há objetivos claros, está tudo largado.

Represento uma área, sou metalúrgico, sou Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde há 29 mil indústrias que representam mais de 700 mil trabalhadores. Como disse o Tadeu, essas indústrias hoje estão sendo ameaçadas.

Na elaboração da construção do Arco Tietê, as áreas para as construções são exatamente onde estão localizadas as empresas, ou seja, vão expulsar todas as empresas. Quando se expulsa, por exemplo, uma autopeça, mais de 30 pequenas empresas ao redor também são expulsas, porque, como não produzem no local, também vão embora. Temos, então, que ter claro que as empresas hoje são diferentes das empresas do passado, que tinham chaminé, que poluíam a Cidade inteira. Isso não existe mais. As empresas hoje têm o ISO 9000, têm o ISSO 14000, têm uma prevenção. Não são, portanto, incômodas como eram no passado. É possível, portanto, uma convivência mista com essas 29 mil empresas em São Paulo. Agora, isso tem que ficar claro no Plano Diretor.

Há ainda o Plano de Desenvolvimento Econômico. Por exemplo, há uma área na Mooca com 25 mil trabalhadores e 35 empresas, mas o Plano Diretor não prevê os minidistritos industriais e quando for feita a operação Mooca/Vila Carioca, serão totalmente expulsas daquela região, como aconteceu na Água Branca, em cujo setor industrial existiam 8.900 trabalhadores. Quando os 50 mil moradores forem para lá, essas empresas já terão saído da região, porque o Plano de Desenvolvimento e a Operação Urbana são maravilhosos que prevê moradores na região, mas que não se preocupa com o emprego.

Logo, o Plano Diretor tem que deixar claro que o emprego tem que estar próximo do trabalhador para não haver tanto deslocamento. Se não ficar claro isso no projeto, não vai

haver emprego e temos que ter equilíbrio na Cidade entre prestador de serviço, comércio e setor industrial. É esse equilíbrio que dá poder econômico às famílias que moram na Cidade.

Então, eu gostaria que V.Exa., nobre Vereador Nabil, levasse isso consideração. Na discussão do Plano Diretor anterior, debatemos essa questão nas mais de 44 audiências públicas de que participei.

Isso está muito claro para a Cidade e agora só depende de V.Exa., nobre Vereador Nabil, que é o Relator do projeto, levar isso em consideração, porque a Cidade precisa ter um desenvolvimento local, que prevê empregos a fim de se evitar deslocamentos e oferecer qualidade de vida para as pessoas que moram nos bairros. Caso contrário, os trabalhadores continuarão a se deslocar para o centro, não haverá espaço para deslocamento e, conseqüentemente, teremos que construir faixas brancas e corredores na Cidade toda.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra a Sra. Eva, da Sociedade Amigos do Tremembé.

A SRA. EVA – Boa noite aos componentes da Mesa e a todos os demais. Sou da Sociedade Amigos do Tremembé e conselheira participativa do Jacanã/Tremembé no Conselho do Meio Ambiente e no Conselho de Saúde na Vila Albertina. Há 14 anos faço na cidade de São Paulo o trabalho de catação de resíduos sólidos recicláveis, assunto pelo qual sou apaixonada e do qual gosto muito, mas não para botar dinheiro no bolso, como faz a grande maioria dos empresários da zona Norte. Não estou condenando ninguém, apenas expondo da situação. Por isso, apanhei e fui tratada como bandida na zona Norte.

Como um dos principais aspectos sobre resíduos sólidos na cidade de São Paulo estão sendo tratados no substitutivo, gostaria de ler três itens. “1) Reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todas as regiões da cidade, o acesso a equipamentos sociais e serviços urbanos. 2) Fomentar as atividades econômicas sustentáveis, fortalecendo as atividades já estabelecidas e estimulando a inovação, o empreendedorismo e redistribuição

das oportunidades de trabalho no território, tanto na zona urbana como na rural. 3) Fortalecer uma gestão urbana integrada, descentralizada e participativa”.

O PT já trabalhou a questão da coleta seletiva na época da Prefeita Luiza Erundina, quando eu ainda não participava. Iniciei a participação no ano 2000, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, quando 70 grupos da cidade de São Paulo discutiram essa questão da coleta seletiva no Fórum Recicla São Paulo. Paralelamente a isso, ocorria o Movimento Nacional dos Catadores, que, além da cidade de São Paulo, ampliou a discussão para Brasília, posteriormente para o Brasil inteiro e atualmente engloba toda a América Latina.

Apanhei muito na minha região porque, apesar de estar no meio dos empresários, falo a linguagem dos humildes e não quero ganhar dinheiro com o lixo. Faço a catação por amor, mas as pessoas da minha região fazem para ter o que comer. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis fazem um trabalho limpo, bonito.

Hoje discutimos a lei que vai organizar a questão do resíduo sólido, e eu fiquei horrorizada ao ver os absurdos exigidos nessa lei. E, aí, Nabil, te acompanho há muito tempo, conheço o Nelo Rodolfo há bastante tempo e fico feliz ao vê-los aqui, e o Netinho também. Mas pensem com carinho na questão do zoneamento da zona Norte, incluindo essas pessoas. Não estou aqui te pedindo como conselheira participativa. Estou te pedindo como ser humano.

O Movimento Nacional dos Catadores faz um trabalho bonito e limpo e merece ser mais bem tratado nesta cidade. O Movimento tem capacidade técnica para fazer um trabalho legal.

Essas megacentrais estão vindo para dar fim ao nosso trabalho e eu peço para vocês, carinhosamente, que pensem nisso e no zoneamento também. Se vocês não abrirem espaço para nós, catadores, trabalharmos não terá jeito.

Então, tudo isso que está escrito aqui será uma grande mentira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Otávio.

O SR. OTÁVIO – Boa noite a todos.

Falarei sobre a questão do desenvolvimento estratégico, sob a ótica da economia

informal. Quero dar um dado: o Governo Haddad teve a decência de fazer um acordo com os ambulantes no começo do ano passado. Reunimo-nos durante seis meses a fim de fazermos uma proposta para um plano para o comércio ambulante da cidade de São Paulo. Isso estará desembocando agora. Por que eu digo isso? Falando em Santana, quando falamos em comércio ambulante, falamos em Voluntários da Pátria e são, aproximadamente, 300 ambulantes. Então, precisamos planejar isso.

Temos uma lei precária, ultrapassada em que esse clientelismo leva à corrupção e degradação da própria região. Mas esses trabalhadores precisam ser tratados como parte integrante da Cidade e é por isso que falamos em planejamento. Falamos em planejamento quando passamos pela questão do transporte, inclusive, no terminal de ônibus. Por que não pode ser pensado isso na questão dos terminais de ônibus, onde você disputa o espaço físico com a prestação de serviço. No desenvolvimento das periferias também, por que não podemos planejar isso, os mercados populares de bairro, por exemplo, onde possamos prestar serviço e levar produtos mais baratos para esses setores.

Então, é pensar a atividade da economia informal, planejar isso dentro da Cidade, para que possamos ter segurança jurídica, para que esses trabalhadores possam planejar e que a Cidade cresça também.

Então, essa é a minha contribuição. Acho de suma importância que isso seja mais claro, na questão do Plano Diretor, inclusive acho que nunca houve a discussão da questão da economia informal no Plano Diretor.

Essa é a minha contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Fernando, do gabinete do Vereador Police Neto, do Movimento Santana Viva.

O SR. FERNANDO – Boa noite a todos.

A minha manifestação é direcionada a uma demanda histórica que existe na região, pelo prolongamento do viário. Temos avenidas que acabam em nada. Acho que alguém já falou sobre isso. De fato, isso não está previsto no Plano Diretor. A Engenheiro Caetano Álvares, por exemplo, é um caso a ser citado. O prolongamento da Cruzeiro do Sul também não está no PPA, então, não vai sair nos próximos...

O SR. FERNANDO - O prolongamento da Cruzeiro do Sul já foi aprovado, a construtora está licitada, a Prefeitura de São Paulo está fazendo um convênio com o Governo

Federal para que seja liberado dinheiro e a ideia do Prefeito é começar o prolongamento da Cruzeiro do Sul que vai terminar aqui na Engenheiro em janeiro de 2015.

O SR._____ - A obra está até licitada e lamentavelmente no governo anterior autorizaram até a construção de um prédio ali na entrada...no paredão. Se não me engano a construtora que ganhou se chama Construtora Carioca.

O SR. FERNANDO - Então, essa parte do viário tem de ser considerada, o Programa de Metas e o Plano Diretor passou por aqui, as audiências, a vinda e a devolutiva, manifestamos isso de forma coletiva e organizada na devolutiva isso não apareceu como um meta, nenhuma dessas obras viárias, o túnel ligando a Brás Leme a General Ataliba Leonel, então, são obras estratégicas para descongestionar a região que é muito prejudicada com isso e fazer um apelo também para execução do recurso do plano de bairro aqui da subprefeitura de Santana. Existe um recurso, a comunidade vem discutindo a elaboração de um plano a mais de um ano e continua sem o apoio da subprefeitura. Então, queremos a liberação desse recurso para poder auxiliar o grupo.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Geraldo Gilson.

O SR. GERALDO GILSON – Boa noite a todos. Vim falar como geólogo e o meio ambiente subterrâneo. Existe uma porção do município de São Paulo que de certa forma adentra o subsolo e, portanto, ninguém vê, mas a implantação de empreendimentos grandes ou grandes loteamentos, ou grandes indústrias podem trazer consequências muito nefastas. Isso já está mapeado. Então, venho reforçar que existe um instrumento aqui no município, que é a carta geotécnica, em que esse território já está delimitado. O quê venho reforçar? A Cidade é dinâmica, cresce e certas (palavra inaudível) vão ter de ser culpadas. E se for implantado qualquer empreendimento desse tipo que se leve em consideração estudos prévios.

Portanto, a carta geotécnica existe e não pode ser escamoteada, porque se não daqui a 50 anos, quando acontecer alguma coisa tipo cajamar (?), vão falar que teve uma reunião do Plano Diretor lá da zona Norte, mas ninguém ouviu. Tem certas coisas que são

fatalidades, e outras que não são.

Quero reforçar que os técnicos da Prefeitura sabem disso, é um assunto extremamente conhecido. Vim como cidadão e geólogo marcar essa posição para que as pessoas levem em conta no Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra a Sra. Irani Dias.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos. Quero deixar registrado aqui a respeito da habitação na zona Norte. Não ouvi ninguém falar sobre isso, falam sobre ter lucro, empresas, meio ambiente, mas essas pessoas precisam morar e morar com dignidade. Eu sei que dentro do Plano já trabalhamos bastante isso, mas precisa sair do papel. Temos uma demanda de 32 mil pessoas para habitação só na região do Jaçanã, que é uma subprefeitura que sofre com a maior parte do prejuízo de enchentes e está com todo o seu dinheiro congelado e não consegue fazer nada, enquanto que a subprefeitura de Santana, que não tem problemas tão graves, tem todo o seu dinheiro aprovado.

Duas mil unidades previstas no Plano não cobre uma demanda de 32 mil, isso falando só de Jaçanã, que é onde tenho o meu trabalho de liderança de moradia. Se for pegar a Vila Maria, onde sou conselheira participativa, é pior ainda porque há uma meta de 520 unidades para 20 mil moradias e demanda. Isso para mim é surreal, é muito pouco.

É até contrário ao que foi defendido no Anhembi, o que foi pedido que passasse de 0 a 6 para 0 a 3, eu defendo sim 0 a 5 porque essas pessoas precisam serem representadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Antonio José de Araujo, do Movimento Nacional da Luta pela Moradia.

O SR. ANTONIO JOSE DE ARAUJO – Boa noite a todos. Talvez possa parecer estranho o que vou falar aqui, mas é o que penso. Milito nessa área há muitos anos e tenho participado muito do debate do Plano Diretor via a Frente Popular em Defesa da Cidade Democrática Participativa e participo das audiências.

Na questão da moradia, as poucas terras que existem realmente estão a mercê da

especulação, não se acham terras baratas para se construir moradia para quem precisa e a reclamação é de que as terras são caras, portanto, isso precisa ser regulamentado de uma certa forma porque se não você não ataca esse problema e não adianta Plano Diretor nenhum se não derem conta dessa questão também.

O Plano Diretor poderia ser melhor, mas acredito que essa proposta que está colocada avançou bastante e está na hora de votar e aprovar essa proposta. Convido a todos para ficarem espertos em relação a essa questão porque temos 55 Vereadores e não é apenas a Comissão quem decide, são 55 e os interesses são muito grandes.

Para terminar vou fazer a seguinte pergunta aos Vereadores da Comissão: estava previsto para o dia 9 ser votado a emenda substitutiva e não votaram. Por que não? Certamente não tem acordo, os interesses sobrepõem sobre a disputa interna desse processo mediante os seus representantes e suas frentes. Então eu gostaria que ficássemos atentos à aprovação e estamos nos organizando sobre isso. De outro lado eu gostaria de saber dos presentes porque não votaram?

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Um dos motivos é exatamente porque tínhamos de participar dessa audiência aqui para ouvir sugestões.

Tem a palavra o Sr. Pedro de Alcântara.

O SR. PEDRO DE ALCÂNTARA – Boa noite a todos. Aqui têm vários militantes da época das regionais e nós moradores da zona Norte temos um grande problema que algumas pessoas até comentaram por alto. Ainda era regional e tínhamos a comissão participativa na época e discutíamos a questão de abertura de um túnel para se poder chegar ao fundão da zona Norte. E esse túnel nunca saiu, se procurarem aqui na Casa devem ter vários ofícios de várias associações pedindo a construção desse túnel para que se chegasse no fundão da zona Norte ou no Horto Florestal.

Quem vem da Cidade a Guarulhos, Jaçanã ou Horto Florestal quando chega aqui do nosso lado ele se enforca. Quando veio a construção do shopping, que traz emprego,

desenvolvimento para o nosso bairro, é legal, bonito, mas nessa mesma sala fizemos discussão de que tinha que abrir o túnel ou fazer uma avenida que saísse lá no Jaçanã. Foi prometido aqui que ia ser feita essa avenida. Fizeram um gancho para sair na Av. Cabuçu, que enforcou mais o trânsito. Daí o cara tem de vir e fazer a maior manobra, sair pelo Largo dos Cachorros, e sai pelas pequenas travessas, uma travessa que tem um farol piscante, daí tem batida de ônibus e surge um problema mais grave.

Cheguei a São Paulo em 1979 e vim morar no Tucuruvi, de lá para cá venho militando. Nós temos uma avenida principal no Tucuruvi, que está enforcada, hoje você não consegue andar. Mas, temos uma avenida que foi desapropriada quase quatro metros para alargar, eu não estava nem em São Paulo, fiquei sabendo quando cheguei, está lá a Av. Mazzei. Tanto que agora, quando a pessoa vai construir, tem de fazer o recuo e mesmo assim ainda deixa um pedacinho dentro da avenida. O Itaú tem um estacionamento dentro do terreno desapropriado da Prefeitura. Cabe dentro do Plano Diretor discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Tem a palavra o Sr. Anselmo.

O SR. ANSELMO – Boa noite. Cumprimento a todos, na pessoa do Sr. Subprefeito, que é a maior autoridade administrativa nessa região. Já o convidei para ir à rádio Líder e volto a fazê-lo para abrir o meu programa oficialmente. Será às terças e sextas-feiras.

Quero destacar cinco pontos. Primeiramente o comerciante, empresário Parra, falou sobre a nova Cantareira. Eu moro aqui desde 1954, na mesma casa, logo ali ao lado do Carrefour, portanto, são 70 anos. Vi esse bairro iniciar-se praticamente.

Estou completando 78 anos nesse ano. Já moro aqui desde guri. Consequentemente, vi muitas coisas e muito se emperrou. Venho solicitando há mais de oito anos que se faça o prolongamento da Rua Tomé de Lara e o seu alargamento, para trazê-la até aqui e que se faça o túnel também, para se fazer a ligação, para que possamos desafogar o trânsito.

Sem isso, vamos continuar assim. Havia demora de doze segundos para se

contornar aqui a subprefeitura antes da construção do shopping. Hoje há uma demora de vinte minutos, em média, o dia inteiro. Às vezes, demora mais. Então, estou acostumado com isso. Se não fizeram isso, a Avenida Tucuruvi, em pouco tempo, vai parar completamente. Hoje na hora do *rush*, é mais fácil ir a pé daqui até a minha casa do que tomar um ônibus.

Quanto à questão do comércio da Nova Cantareira, a questão é muito mais séria do que se pode imaginar. Por quê? Porque, região onde eu moro, no Jardim França e no Tremembé, proíbe-se todo tipo de comércio. Isso precisa estar no Plano Diretor, para pessoas reivindicarem seus direitos. Essa questão é muito séria, pois acaba com empregos.

O terceiro ponto que coloco é o metrô, que não cuida do seu entorno. Passei vergonha outro dia. Passei uma hora da manhã na escadaria do metrô, que agora está com as luzes apagadas. Havia pessoas fazendo sexo na escadaria numa sexta-feira. Vi isso com os meus olhos.

Se passarmos aqui às 7 horas da noite todos os dias, fumam maconha. Muitos estão fazendo isso. Há guris na escadaria.

Destaco aqui o meio ambiente. Temos incentivar isso com campanhas sim, para que se faça a coleta seletiva. Não chamem resíduos de lixo. Estive na Rio+20. Fiz que lá fosse aprovada uma matéria, de que pessoas não chamem resíduos de lixo, mas sim de resíduos. Lixo é somente aquilo que sai da boca de quem não sabe o que fala.

Por fim, leio um poema que fiz, que fala das minhas inquietudes: “Inquieta-me existir desses temas à ausência, que responsabilize o Estado, que, por sua essência, tem de dar cabo de políticas públicas para bem atender. Quero mais, tanto quanto o menos necessitado, particularmente na Saúde, que muito se tem falado, onde há sempre atendimento atrasado. Se, por base, tomarmos a cobrança de impostos, quem invariavelmente(?) realmente se cobra adiantado. Falta entre os servidores, mesmo profissionais preparados, o hábito de passar pelo paciente e lhe dirigir sequer um olhar. Ocorre não apenas nessa área, mas em praticamente todas, de modo recorrente e bastante amiúde. Portanto, isso justifica a minha

inquietação”.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Muito obrigado, meu colega radialista.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos. Fiquei impressionado aqui com todas as falas, muito positivas e importantes, para que possamos aperfeiçoar o projeto em alguns aspectos. Por outro lado, também fiquei feliz, porque grande parte das questões que foram colocadas estão contempladas no substitutivo.

Muitos falaram sobre desenvolvimento econômico e emprego na região. Esse é um ponto fundamental do Plano Diretor que está muito difundido. Gradativamente, a Cidade está entendendo a importância de equilibrar o emprego e a moradia em São Paulo.

Sabemos que todas as regiões, com exceção do Centro Expandido, têm muito mais moradores do que emprego. A zona Norte tem aproximadamente 10% do emprego e por volta de 20% da população moradora, portanto, metade da população da zona Norte precisa sair dela para trabalhar. Isso é a média. Obviamente, por sub-regiões, isso muda. Perus tem uma situação mais desfavorável. Santana tem uma situação mais favorável. Temos, na média, uma desproporção muito grande.

O substitutivo criou um novo capítulo só voltado para o desenvolvimento econômico sustentável. Não sei se o Claudio pode lê-lo por inteiro. Esse capítulo não existia no projeto original. Esse capítulo foi criado e contemplou várias questões que foram discutidas aqui.

Um dos objetivos da política de desenvolvimento econômico é proteger as áreas industriais em funcionamento e simular sua expansão em modos compatíveis com as novas condições territoriais do Município. Portanto, ao lado de outros objetivos de desenvolvimento econômico, há um objetivo importante que é exatamente a preservação das áreas industriais em ocupação. Isso está no artigo 168, inciso III, que trata também de outras questões importantes e que tem a ver com a região.

Em grande parte por iniciativa do Vereador Police Neto, nós propusemos a criação de um polo de desenvolvimento econômico na zona Noroeste, que foi criado, foi definido. Foi definido também que na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães deve ser criada uma zona de estímulo econômico que corresponde ao objetivo 9, do artigo 168, que é facilitar a implantação de empresas no Município por meio de incentivos urbanísticos e tributários facilitando procedimentos administrativos, em especial, nos setores prioritários. Por quê? Porque para essas zonas de desenvolvimento econômico terão de ser desenvolvidos planos de desenvolvimento econômico para poder definir as atividades mais compatíveis com aquela região e aquilo que se espera fazer, que é atrair empregos para a Cidade e não simplesmente tirar emprego de uma região e levar para outra. A intenção do incentivo tributário é fazer com que a Cidade não perca empregos e sim ganhe.

Para haver essa área foi feita uma alteração na macrozona de estruturação metropolitana, que é onde se espera grandes transformações e o desenvolvimento econômico e outras oportunidades de transformação do território.

Foi definido que tanto na Anhanguera quanto na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e ao longo das estações de metro, incluindo o centro de Perus, se estabelecem como zonas importantes de desenvolvimento econômico.

Chamo a atenção para a questão da Fernão Dias e do Jaçanã. Foi estabelecido um setor importante da Fernão Dias, que foi incluída na macrozona de estruturação metropolitana, no setor Arco Leste. Talvez pudesse ser estendida mais ao norte, mas isso depende de estudos que precisamos fazer de modo a criar eixos importantes de desenvolvimento econômico na zona Norte.

Falou-se da Nova Cantareira que se não me engano, é uma zona de centralidade em ZER. O que significa isso? Significa que são áreas no meio de zonas exclusivamente residenciais, ZER, onde se admite usos não residenciais pela Lei 13.885.

Temos na zona Norte ZER, mas temos também em Pinheiros, no Butantã, na Lapa,

na Sé, no Sumaré. Há várias ZERs na Cidade e essa questão é uma das mais conflituosas no zoneamento. Penso que temos de mexer nessas zonas.

Nós fizemos uma alteração por disposição transitória no que diz respeito às ruas locais, a possibilidade de estabelecer o NR2 em ruas locais, porque em toda a periferia da Cidade grande parte das ruas é local e grande parte do comércio nessas ruas são irregulares. Não existe em nenhuma região uma resistência a essa transformação. Então foi feita uma alteração por disposição transitória que atende a muitas reivindicações. Muitos Vereadores estão favoráveis a isso.

No entanto, não existe o mesmo consenso a respeito da zona de centralidade em ZER. Se fizéssemos uma mudança, bem mais da metade das ZERs se levantariam contra nós.

Temos o espaço adequado para fazer essa modificação porque agora estamos fazendo o Plano Diretor Geral da cidade de São Paulo, então, são regras que valem para a Cidade como um todo. Aprovado o Plano Diretor, vai se abrir o espaço para discussão dos Planos Regionais e do zoneamento, onde cada região vai discutir sua especificidade.

Então se essa questão na zona Norte, não é polêmica, será fácil fazer essa alteração na zona Norte. E se, em outro lugar for polêmico, vai se transformar de um jeito diferente. Mas poderemos, na especificidade da região, fazer essa modificação e serão mais seis meses de discussão, que é a discussão do Plano Regional e de Zoneamento. Peço a vocês paciência em relação a esse aspecto, porque uma alteração desse tipo agora, iria gerar uma reação contrária contra o plano contra um todo. Mas existe um dispositivo, inclusive do Ministério Público, tudo que mexe com ZER...

O SR.PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) - Por isso que eu falei no começo, que Plano Diretor é uma coisa, Zoneamento é outra. Hoje, por exemplo, a Câmara Municipal de São Paulo foi notificada pelo promotor da cidadania de Meio Ambiente, alguns vereadores entenderam que deveriam se fazer uma emenda para se construir o aeroporto lá em Parelheiros. O aeroporto em Parelheiros o que se entende? Vai levar empregos para lá,

desenvolvimento, uma série de benfeitorias. Não estou discutindo se é certo ou errado. Mas qual o raciocínio que se tem, de se levar empregos. O Sr. Prefeito de São Paulo tem uma outra ideia de se fazer um grande parque naquela região. São varias questões. O que estamos fazendo hoje? Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Não estamos discutindo zoneamento. Então o Promotor notificou os vereadores da comissão, que caso seja incluído, por exemplo, um aeroporto em Parelheiros, estamos mexendo no zoneamento de São Paulo. O Nabil está falando exatamente nessa linha da Nova Cantareira. No Plano Diretor aqui existem diretrizes para se regularizar, enquanto não se vote o zoneamento, existirá possibilidade do comerciante, do dono lá do Jardim São Paulo, Prof. Paulo, disse buscar caminhos para se regularizar, mas há disposição da Prefeitura do Município de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo de colocar um basta nesse negócio de comércio. Nabil, já discutimos isso - em 2000 tinha agência do Correio no Centro da Cidade e tinha uma em Santo Amaro - hoje temos agência de Correio em cada bairro e todas as agências de Correio, hoje, de São Paulo não tem o alvará de funcionamento porque não está previsto na lei. Logo em seguida ao Plano Diretor, essa questão, por exemplo, específica, não é só da Nova Cantareira, são vários, por exemplo, Av. Pacaembu, tem muito comerciante que quer comércio nessa avenida, mas se você for andar na Av. Pacaembu, 90% de quem mora nessa avenida, não quer comércio lá. Então fica essa briga toda. Então, por exemplo, se você coloca, seremos objetivos, se o Nabil colocasse lá: “Olha, vamos regularizar a situação do comércio da Av. Nova Cantareira”. A gente estaria mudando o Plano Diretor, dando uma característica de zoneamento e a gente estaria tomando notificação do Ministério Público. Olha vocês estão fazendo Plano Diretor, não estão fazendo zoneamento.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Apenas fazer uma breve colocação sobre o tema, considero ser importante uma reflexão de todos. A proposta que a comissão está encaminhando na discussão da atividade econômica dentro das zonas mistas, é que a via local, aceite o que hoje é implantado na via coletora. E que estamos dizendo, é que os

moradores das zonas mistas aceitam à atividade comercial das ruas coletoras dentro das suas ruas locais. Perguntamos para todos os moradores das zonas mistas? Não! Mas está se acreditando que você precisa ter uma cidade plural e mista na sua maioria porque o que se quer é o emprego na periferia de fato, e não dá para ter bairros inteiros que só têm ruas locais sem nenhuma atividade econômica lícita, porque todas elas são irregulares.

O que está dizendo de parte, e a maior parte das ZCLs e Zezinhos, é que as ZCLs e Zezinhos como foram criadas, foram criadas para o entre rios. Foram criadas para um conjunto da cidade, que é verdade: Jardim América, Jardim Paulista, Jardim Paulistano, mas não é o fora dos rios que tem uma característica completamente diferente desses. E vamos continuar punindo, porque aí temos vias coletoras que não tem atividade econômica de coletora. É essa a reflexão que tem de ser feita. Estamos aceitando atividade de via coletora em via local, das zonas mistas que é a maior parte da Cidade de São Paulo e vamos continuar não aceitando atividade que se instala em vias coletoras, porque temos, três ou quatro bairros na região central que merecem toda nossa atenção. É verdade. Tem duas famílias que moram nesses bairros e merecem toda nossa atenção. Mas as quatro, cinco, seis milhões de pessoas que moram fora disso, não merecem.

Acredito que, se o Ministério Público, está preocupado com cidade, não está preocupado com essa relação do que é coletor e deve ter atividade econômica sim, regulada pelo Poder Público, estão aqui os dois subprefeitos para não deixar. Hoje a regulação que tem, desculpa pessoal, é fingir que não existe. Essa é a forma correta com o que um setor público interpreta atividade nas ZCLs Zezinhos? Fingir que não existe aquela atividade comercial a 10, 12, 15, 20 anos. Por quê? Inscreveu-se uma ZCL para Jardim Europa, Jardim Paulista, Jardim Paulistano, Jardim América. Essa é a questão da decisão do plano que dirige a Cidade inteira. A Cidade inteira, diferente, e, portanto, os diferentes têm de ser tratados de maneiras diferentes. Sob pena de nós continuarmos punindo quem mais precisa da lei para se desenvolver. Essa é a grande diferença. Garantimos a lei para proteger aquele atingiu um

estado só, mas não garantimos a lei para desenvolver onde a cidade precisa de fato vigor econômico para garantir justiça no território. Esse é o esforço que estamos fazendo, por isso que um passo gigantesco já foi dado, que é o NR2, nas locais. Agora tem outro passo, serei sincero, acho que dá para ser dado agora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Registrar a presença do subprefeito do Jaçanã/Tremembé, engenheiro Edson; ex-vereador Jamil Murad.

Passo a palavra ao nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI - De qualquer maneira essa discussão teríamos de fazer na comissão, eventualmente, depois no plenário, Apenas chamo atenção dos senhores que no Art. 27, inciso 26, que dá diretrizes para revisão da Lei Uso Ocupação do Solo, está dito exatamente o seguinte: “Definir precisamente, os limites dos corredores de comércio e serviço em ZER, bem como as atividades a lhes permitidas adequando as diretrizes entre os equilíbrios, dentro dos residenciais e não residenciais por macroáreas”. O que significa que tem uma abertura que muita gente não quer. O pessoal da ZER não quer esse inciso, dos movimentos que existe: “Defenda São Paulo”, etc... não quer esse inciso. Mas ele está aqui. O que abre, portanto.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Eu sei. Claro, concordo com vocês. Que temos de ampliar os tipos de uso de comércio nos corredores. Concordo. Nem tudo que concordamos conseguimos viabilizar a curto prazo. Mas daqui há poucos meses o problema de vocês estará resolvido. Aí como o Police disse, temos de tratar a cidade na sua diversidade. Se algumas regiões que optam por uma certa restrição outras regiões não vão optar e é por isso, já em 2002, nós reforçamos a importância do Plano Regional e do zoneamento discutido em cada região pela sua diversidade.

Em relação às atividades econômicas, tem outra questão que também me parece importante fazer referência, que é a questão do comércio formal, trazida aqui – se não me

engano – pelo Sr. Otávio.

Essa questão também está considerada de maneira que me parece adequada, embora iremos precisar de uma legislação específica. E no artigo 173, inciso V, diz o seguinte: “Regulamentação da utilização dos espaços públicos pelo comércio ambulante, garantindo sua instalação em locais de grande movimento de pessoa, desde que não obstrua a circulação de pedestres”. Portanto, ele está contemplando a possibilidade, criando uma condição para isso.

Também quero chamar atenção para as questões que foram levantadas pelo Sr. Marco Azem. Uma delas é muito importante para a zona Norte: a questão do prazo do Arco Tietê. Entendo que é necessário estabelecermos um prazo, porque os planos urbanísticos é que definirão os usos e os potenciais construtivos, no caso do Arco Tietê da Mooca, Vila Carioca, que também foi citado aqui.

Quero destacar que, na Mooca, Vila Carioca, o Plano Diretor não está alterando o uso industrial que existe ali. Pelo contrário, a Operação Urbana Mooca - Vila Carioca que definirá o zoneamento daquela região. E, pelo que tenho acompanhado do plano urbanístico da Mooca – Vila Carioca, a zona industrial está, na essência, preservada. Mas, no caso do Arco Tietê, que interessa mais para essa região, temos de estabelecer um prazo, uma regra de transição, porque a zona Norte não pode ficar durante muito tempo aguardando um plano, porque é uma região muito importante, que está muito paralisada, e não é só por causa do Arco Tietê, mas ela já vem paralisada.

No âmbito desse assunto, também entra a discussão do Campo de Marte. Dando continuidade à questão que o nobre Vereador Nelo levantou sobre o Aeroporto de Parelheiros, definimos que deve ser feito um plano aeroviário, com a participação da comunidade. Por exemplo, na zona Norte, discutir o Campo de Marte em conjunto com o Arco Tietê num plano aeroviário é fundamental. Deve ser desativada ou não a asa fixa? O que deve ser feito com a área? O que deve ser feito com os outros equipamentos que existem na área além da pista?

Isso é importante porque o gabarito, a altura dos prédios na região é travada pelas

afixas. Por exemplo, na região do Anhembi não se pode construir prédios acima de 42 metros em função das determinações da ANAC em relação ao Campo de Marte. Então, é uma questão complexa. Por isso, não cabe ao Plano Diretor determinar se vão desativar as afixas ou não; cabe identificar e estabelecer quais são os interlocutores desse debate. A partir daí, obter uma discussão e estabelecer um prazo para isso acontecer, para que as coisas não fiquem se perdendo no tempo.

Portanto, acho que as questões de desenvolvimento econômico foram muito ressaltadas. Os senhores têm toda a razão. Temos de desengessar o que for necessário e possível na região, para que possa haver mais empregos e os moradores da zona Norte não necessitem cruzar o rio para trabalhar. É preciso ter oportunidade de emprego na zona Norte, não só a zona Norte como um todo, mas os segmentos importantes da região.

Se a gente for pensar, o segmento Noroeste é uma coisa, o Nordeste é outra e o Centro é outra, ou seja, região de Pirituba/Perus, setor de Vila Maria/Jaçanã e setor da Casa Verde/Santana/Tucuruvi/Cachoeirinha. Então, estabelecer também essas lógicas. Para isso – e aqui não apareceu muito, mas tenho discutido muito com o Vereador Calvo, que não está presente, mas tem defendido muito a importância de termos previstos outros corredores de ônibus na zona Norte. A zona Norte é muito mal servida no plano de corredores de ônibus. Só tem a Raimundo e temos aqui o do metrô. Temos o Norte/Sul que chega até Santana, mas para aqui.

Então, temos discutido e pedi inclusive para a Secretaria de Transportes fazer, por exemplo, na Av. Engenheiro Caetano Álvares, corredor de ônibus, pois não está previsto no Plano. É uma avenida que tem porte e poderia ter corredor de ônibus. Isso também aponta para eixos de desenvolvimento, porque a ideia é que cada corredor de ônibus tenha uso misto e gere um processo de desenvolvimento econômico. Temos várias questões importantes na região a serem aprofundadas no planejamento.

Em relação à questão levantada pelo Marcos sobre a ZEIS-5, ela não tem

obrigatoriedade de faixa 1. Ela tem obrigatoriedade de porcentagem de HIS, ou seja, que vai até seis salários mínimos. Portanto, pode ter 40%, mas pode estar no limite da faixa, que é como vocês têm atuado. Cria alternativas e possibilidades melhores do que as ZEIS como estão hoje. Agora, ao mesmo tempo – o Antonio José levantou a questão – a ZEIS-2 e a ZEIS-3 estão focadas na faixa 1 e secundariamente na faixa 2. Com isso se estabelecem prioridades.

Quero falar para alguém que não me lembro mais – não sei se foi a Eva ou alguém do Jaçanã - que levantou a falta de alternativas de habitação no Tremembé. Foi a Irani. Quero chamar a atenção sobre o Jaçanã. Boa parte do Jaçanã, que é macrozona de proteção ambiental, está incluída numa macrozona de controle e qualificação ambiental e da urbanização. Essa macroárea permite uma urbanização. É uma zona urbana, permite loteamentos urbanos, habitação como ZEIS-4, mas qualquer coisa que venha a ser feita lá precisa ter critérios ambientais bem atendidos. Isso permitirá a regularização de atividades que estão implantadas e possam ser compatíveis com as questões ambientais. Permitirá certo tipo de urbanização controlada – é bom dizer – tem que ser controlada, porque é uma área de proteção ambiental, mas uma atividade que permita algum tipo de flexibilização naquela região. Então, nós temos aí uma janela e é importante a oportunidade que precisa ser bem aproveitada no sentido de não gerar o impacto ambiental indesejável.

A questão do Jaçanã merece uma discussão um pouquinho mais aprofundada no tempo que teremos até a segunda votação. É uma região que, nas diretrizes gerais, se abriram oportunidades que até hoje não existiam.

Nesse sentido, quero destacar o que o nosso companheiro geólogo disse, que é a importância da carta geotécnica. Se não engano foi o Geraldo. Ele disse que a importância da carta geotécnica está prevista como elemento fundamental para ser usada na revisão da lei de Uso e Ocupação do Solo, pois são as preocupações com o subsolo. E a utilização dessa carta está presente. Por isso nós falamos que é possível haver ocupação, seja no vetor noroeste, na

região de Perus; seja no Jaçanã, mas com cuidado de levar em conta a carta geotécnica, o subsolo, os vários aspectos ambientais importantes. E não abrimos mão dessa questão, ela é importante.

Quero também destacar a questão do cálculo da outorga. O que está sendo utilizado, a única mudança que houve - aliás, e não é mudança, foi apenas no valor de referência do terreno - não tem nada a ver com área construída ou com valor de construção. Em vez de se adotar o valor venal aprovado por lei, inclusive porque hoje esse valor estar travado, hoje os valores venais não correspondem, em nenhuma parte da cidade ele está a menos de 30% do valor efetivo do terreno. E o que estamos adotando é valor de referência, que é aquele que a Secretaria de Finanças normalmente usa no cálculo do valor venal. Só que não depende de aprovação relacionada ao IPTU. Depois podemos discutir o que significa esse valor, mas é uma porcentagem significativa, forte, próxima do valor de mercado. Não é o valor de mercado, mas é o mais próximo e, portanto, calcula-se a outorga da maneira como tem de ser. Hoje, o que está acontecendo é um subcálculo de outorga, e a outorga vai servir para atender às necessidades da cidade.

Não vou entrar na discussão do Plano Viário da região, pois essa é uma questão complexa, precisa ser estudada com custos, com opções. Mas para fazer qualquer intervenção viária temos de ter recursos. A outorga onerosa então tem de ser usada para intervenções planejadas, previstas, que sejam importantes para a cidade. A cidade tem baixa capacidade de investimento - não vou entrar no detalhe dessa discussão. Todos sabem que comprometemos 13% da nossa receita com a dívida, mais 4% com precatórios, que dependendo de decisões judiciais vão ser superados; há um passivo, há uma série de problemas que fazem com que a outorga onerosa, os fundos de operações urbanas sejam fundamentais aos investimentos necessários à cidade. Por isso, é importante tratar com carinho essa questão.

Algumas pessoas disseram do controle da especulação imobiliária, sobre valorizar o espaço público, e essas questões estão sendo tratadas no Plano Diretor. Terreno e imóvel

ocioso em eixo, em ZEIS e nas macrozonas de estruturação metropolitana, quando forem estabelecidos os planos, se não apresentarem projeto vão pagar imposto progressivo. Isso graças ao que está no Plano Diretor e em uma lei que o Netinho aprovou na Câmara.

Estamos imbuídos de dar as condições para a cidade se desenvolver indo para cima de quem especula com terrenos, com imóveis. A valorização do espaço público está colocada no Plano Diretor, mas vamos também entender que o Plano Diretor não consegue tudo. O Plano Diretor dá as grandes diretrizes, estabelece regras e instrumentos, e nós criamos instrumentos importantes para valorizar o espaço público. Por exemplo: glebas com mais de 20 mil metros serão obrigadas a doar 25% para espaço público, obrigatoriamente; ou fazer o parcelamento e arruar. E aí terão de doar 15% para áreas verdes. Se eventualmente não parcelar, terão de doar 25% para espaço público obrigatoriamente. Ou fazer o parcelamento e arruar, e aí teremos de doar 15% para áreas verdes, mas se eventualmente não parcelarem terão de doar 25%. Glebas entre cinco e 20 mil metros terão de doar 20% para fruição pública.

Então tudo isso significa criar espaços públicos. Permite-se por um lado a verticalização, com coeficiente quatro, por outro, deixar solo liberado para fruição pública, para pequenas praças, pequenos parques e com isso a Cidade fica mais equilibrada.

E acho que a zona Norte - o Vereador Nelo, com certeza, conhece melhor do que eu – tem grandes áreas que hoje são horizontais e ocupadas horizontalmente, com pouca área livre. Essas regiões podem se transformar verticalizando, mas liberando o solo, área permeável que vai ajudar na questão da permeabilidade do solo, da drenagem e espaços públicos para que possa haver maior fruição da população. Então há várias questões que ajudam isso. Não vou me estender mais.

A Sílvia levantou uma questão de aclive e declive. Depois, Sílvia, a gente pode conversar. É um detalhe técnico, mas o que estamos fazendo aqui é criando uma oportunidade, porque havia na legislação anterior e na legislação de 2004 foi limitada, que é até 9 metros termos recursos menos limitados. Isso permite ocupações melhores do solo do

que a legislação atual. É uma pequena alteração que vai ajudar muito do ponto de vista de termos uma ocupação um pouco mais horizontal dos lotes, e com isso facilitar o processo de construção.

Para terminar, houve algumas questões sobre resíduos que foram levantadas pelo Mário Bortoto e também pela Eva. Quero dizer o seguinte: o plano que existe em São Paulo de resíduos, feito pela Prefeitura, é o mais avançado do país. Essa questão será certamente discutida amanhã, porque teremos uma audiência pública de manhã sobre a questão ambiental.

O Ecoparque que está previsto para Perus pode não ser em Perus, podemos até tirar eventualmente a localização dos ecoparques. E podemos adotar o que o Mário falou, podemos até fazer isso. Acho que não é questão de honra deixar a localização do ecoparque, mas o ecoparque é um avanço do ponto de vista de resíduos. Vamos conseguir chegar a uma meta de reciclagem e coleta seletiva, em São Paulo, se tudo der certo, na proposta que está sendo feita muito significativa.

Agora, é claro que com relação a localização, Perus tem um trauma com essa questão de resíduos sólidos, mas o ecoparque não terá impacto de cheiro nenhum, não tem nada a ver com aterro sanitário, mas é possível se fazer sim um debate público para definir qual será a localização.

A relação entre o ecoparque, a questão das usinas mecanizadas e o trabalho dos catadores, a proposta que foi discutida e vai ser implantada, foi amplamente discutida com o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis. E vai se criar uma situação em que o resultado dessas usinas de tratamento de resíduos sejam compartilhados com os catadores, além de todos os incentivos e financiamentos para modernização das usinas de catadores.

Então é um plano bem montado e acho até que mereceria um debate mais aprofundado para aqueles que ainda têm dúvidas. Há uma discussão no sentido de um avanço significativo nessa questão contemplando os catadores. A criação de um fundo, inclusive, com

o resultado da separação dos resíduos sólidos, para, com isso, garantir uma receita, uma remuneração melhor para os catadores.

Vou parar por aqui. Pode ser que eu não tenha tratado todas as questões. Então peço ao Vereador Police e ao Nelo as questões que foram levantadas antes de eu chegar. Mas eu considero que nós avançamos muito entre o projeto original e o substitutivo, e podemos avançar mais.

Vi que o Euler apresentou um texto sobre a questão de territórios culturais, que é uma questão que pode ser mais bem trabalhada. A ideia de ter delimitado um território cultural de maneira nenhuma excluía a existência de outra, pelo contrário. Está no texto que outros territórios culturais devem ser criados pelos planos regionais. O que nós estamos fazendo aqui é pensar a Cidade como um todo, então pensamos no território geral da cidade, mas cada subprefeitura poderá ter o seu território regional.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Tudo bem. Podemos até, em segunda votação, incluir alguns outros territórios, um em cada região da Cidade, e incluir também a questão da paisagem, sobre a qual já se falou, mas talvez fosse importante dar mais destaque a ela no texto levantado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Remoção está previsto aqui. Vou passar para os outros. Se você quiser, depois, eu falo do ponto em que tratamos disso.

No capítulo de habitação se garantem as condições para o atendimento da população que eventualmente possa ser removida devido à realização de obras públicas, com atendimento habitacional, dando segurança e garantia na posse. Depois eu posso mostrar o artigo que trata disso. É um compromisso nosso, inclusive com o movimento de moradia. Não votamos no dia 9, mas, no dia 22, estaremos lá e vamos votar. É um compromisso da Comissão: voltar no dia 22 e tocar para a frente essa proposta, que vai ser boa para a Cidade,

e vai abrir para poder, inclusive, ter outras leis boas no desdobramento.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Deixa eu só falar o seguinte sobre isso.

Primeiro em relação ao gabarito: adotar o gabarito de térreo mais oito foi uma medida preventiva para os miolos, mas está estabelecido nas diretrizes do zoneamento que nos planos regionais, nas regiões em que houver verticalização e que forem consideradas adequadas, poderá ser liberado esse gabarito. Então é uma medida preventiva, porque há uma grande reivindicação da Cidade para que a gente controle a verticalização, principalmente em áreas em que predominam as casas. Então é uma medida preventiva. A Lei de Uso e Ocupação do Solo vai poder estabelecer em relação a isso.

E a mesma coisa em relação aos perímetros: os perímetros de coeficiente 4, naquelas quadras que são muito extensas, que ultrapassam os 600m, também poderão ser incluídas, mas aí numa análise mais detalhada, que é a regional.

Quero chamar a atenção de vocês para o fato de que o Plano Diretor não está fechando a discussão, está abrindo a discussão. Daqui a um mês, aprovado o Plano Diretor, vocês vão estar aqui de novo discutindo essas questões: a nova Cantareira, as quadras que eventualmente foram excluídas, porque são muito extensas, a questão de onde prevalece o coeficiente 8, onde não prevalece, onde prevalece abaixo dele, ou, eventualmente, acima dele. Então é uma medida geral, uma diretriz geral que, depois, terá de ser discutida na especificidade do território e da região. Então estamos só abrindo só um processo de debate do zoneamento, não estamos fechando, e estabelecendo alguns critérios, regras gerais, que vão dar uma melhor organização para a Cidade como um todo. Mas fique tranquilo, não fique tão ansioso, que nós teremos essa possibilidade mais para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – O Netinho quer falar mais dez segundos para terminarmos.

O SR. POLICE NETO – Só para deixar claro que a questão de regularização fundiária levantada aqui no nosso debate vai além de um único território, um único distrito. Na realidade, esse é um programa que a Cidade inteira precisa ter, em especial as áreas periféricas. Por isso, tratamos regularização fundiária como interesse social, porque na realidade, todo esse setor que não está institucionalizado não recebe investimentos públicos, nem aqueles que você vai buscar no banco – então, você não consegue acesso a nenhum mecanismo de financiamento - , nem o setor público, quando não tem via oficializada, consegue realizar de fato um investimento regular e permanente.

Então, se há algo que no Plano Diretor está sendo abordado, e sugiro que se faça uma leitura bem apurada, é a regularização fundiária de interesse social, porque esta é uma das questões que, de fato, pode mudar a Cidade no setor em que ela ainda não é tratada como cidade. Se há algo sobre o que temos de estar muito atentos no Plano é a questão de regularização fundiária de interesse social, porque ela produz uma cidade onde a Cidade ainda não está. Obrigado.

- Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) – Informo a quem quiser uma cópia do Plano Diretor que temos lá na Câmara, na Comissão de Política Urbana. Há uma síntese do Plano Diretor na Câmara e na internet também está todo o Plano Diretor.

Nós vamos ter mais seis audiências até a votação na Comissão de Política Urbana. Amanhã às 9h da manhã teremos audiência temática da Comissão de Meio Ambiente na Câmara Municipal, no Plenário Prestes Maia, das 9 às 14h.

Amanhã à noite, teremos uma audiência igual a que tivemos hoje. Aliás, hoje foi a mais participativa, com mais tempo de duração. Amanhã, às 7h da noite, uma audiência regional Sul, no CEU Meninos, rua Barbinos, sem número, Heliópolis.

Dia 16, depois de amanhã, às 9h da manhã, na Câmara Municipal, audiência temática sobre habitação no Salão Nobre.

À noite, teremos uma audiência região Centro-Oeste, Faculdade Sumaré. Rua Capote Valente, 1121, esquina com a Avenida Sumaré.

Dia 17 de abril, quinta-feira, mais uma audiência temática sobre mobilidade, na Câmara, 9h da manhã.

Para encerrar, a última dia 17 de abril, 19h, quinta-feira, audiência regional leste no Senai, na rua Bresser 2.315.

Agradeço ao Dr. Candela, que organizou o palco para realização desta audiência pública; ao Gilmar, chefe de gabinete da subprefeitura; ao Edson; ao Dr. Bakarín. Agradeço também aos queridos Vereadores. Parabéns ao Vereador Police pelo trabalho que tem feito; ao incansável Vereador Nabil, que tem dedicado horas e horas desde que assumiu o mandato de Vereador. Tem elaborado, com a Prefeitura, o Plano Diretor.

Era para o Vereador Andrea Matarazzo estar aqui, mas, lamentavelmente, não pôde vir. Amanhã estará na audiência.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Política Urbana. Tenham todos uma boa noite.